

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

N.º 3/2019

Projeto de norma regulamentar que define os procedimentos e requisitos em matéria de qualificação adequada, formação e aperfeiçoamento profissional contínuo e o funcionamento da comissão técnica para efeitos do reconhecimento de cursos sobre seguros

3 de setembro de 2019

1. Introdução e enquadramento

O regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros (“RJDS”), aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2016/97, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016, sobre a distribuição de seguros, fixa requisitos em matéria de qualificação adequada e estabelece novos deveres em matéria de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo, carecendo algumas das alterações e inovações decorrentes do RJDS, face ao regime anterior, de densificação a nível regulamentar, designadamente nas matérias descritas abaixo.

Ao contrário do regime anterior, o RJDS prevê que além dos mediadores de seguros e de resseguros também as empresas de seguros e de resseguros devem assegurar que os respetivos membros dos órgãos de administração responsáveis pela atividade de distribuição e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição ao seu serviço cumprem os requisitos em matéria de qualificação adequada previstos neste regime.

Por outro lado, tal como estabelecido pelo legislador europeu, é prevista a obrigatoriedade de conformação com os requisitos de qualificação adequada previstos no RJDS por parte daqueles que já exerciam a atividade de distribuição antes da data de produção de efeitos do RJDS, pelo que se revela necessário concretizar os procedimentos a observar para efeito desta conformação.

Adicionalmente, o RJDS estabelece o dever de: (i) as empresas de seguros e de resseguros assegurarem que as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição mantêm um nível adequado de desempenho mediante o cumprimento dos requisitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo; e (ii) os mediadores de seguros e de resseguros manterem e assegurarem que os respetivos membros dos órgãos de administração responsáveis pela distribuição de seguros e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição mantêm um nível adequado de desempenho mediante o cumprimento dos requisitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo. Em ambos os casos prevê-se que as ações de formação realizadas em cumprimento deste dever tenham uma duração mínima de 15

horas, cabendo determinar quais as entidades reconhecidas para ministrar estas ações de formação.

Finalmente, é ainda incluído nesta norma regulamentar o procedimento a observar para efeitos do reconhecimento dos cursos sobre seguros, bem como o funcionamento da comissão técnica responsável pela emissão de parecer relativo ao reconhecimento daqueles, os quais correspondem, de uma forma geral, ao estabelecido na Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro.

A consulta pública¹ decorreu entre os dias 22 de fevereiro e 18 de março de 2019, tendo sido recebidas 10 respostas.

A ASF agradece as respostas ao processo de consulta pública.

2. Síntese das principais questões suscitadas e dos fundamentos para a decisão da ASF quanto ao respetivo acolhimento

Apresenta-se seguidamente uma síntese das principais questões suscitadas nas respostas à consulta pública, bem como os fundamentos para o respetivo acolhimento total/acolhimento parcial/não acolhimento na versão final da Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro.

Comentário genérico

No âmbito deste processo de consulta pública foi manifestada reiteradamente a preocupação do mercado quanto à incerteza jurídica decorrente dos prazos estabelecidos na Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, em matéria de qualificação adequada.

De facto, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 9.º do diploma mencionado, o prazo previsto pelo legislador para a conformação com os requisitos em matéria de qualificação adequada seria 23 de fevereiro de 2019, tendo o diploma sido publicado a 16 de janeiro. Neste

¹ Documento de Consulta Pública e Projeto de norma regulamentar disponíveis em <https://www.asf.com.pt/NR/exeres/ECB589D4-FD86-4E0B-90EF-A4C0C33581BF.htm>

sentido, foi efetuada uma sugestão de um novo prazo de conformação a fixar na norma regulamentar, o que não é possível de acordo com o princípio de hierarquia das fontes de direito, pelo que o comentário não foi acolhido.

Não obstante, em sede de supervisão não poderá a ASF deixar de atender aos princípios dos direitos adquiridos e de proporcionalidade, bem como à circunstância de o cumprimento do dever estar dependente da aprovação da norma regulamentar, do reconhecimento dos cursos pela ASF e respetiva frequência e conclusão.

Comentários específicos

1. Âmbito de aplicação

Numa das respostas ao processo de consulta pública, foi solicitada a confirmação de que no âmbito da distribuição de fundos de pensões são apenas destinatários das obrigações previstas no RJDS e, consequentemente, das previstas na presente norma regulamentar, os mediadores que desenvolvam a atividade de distribuição de fundos de pensões, mas não as entidades gestoras destes fundos. A ASF confirma que este é o entendimento que resulta do previsto no RJDS.

Ainda quanto ao âmbito das obrigações previstas nesta matéria, e face à distinção entre a formação a realizar para efeito de qualificação adequada para exercício da atividade no âmbito do ramo «Vida» e do ramo «Vida», excluindo a distribuição de produtos de investimento com base em seguros, foi solicitada a confirmação de que os planos de poupança-reforma constituídos sob a forma de fundo de pensões ou de fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo «Vida» não se qualificam como produtos de investimento com base em seguros. A ASF clarifica que, atualmente, tendo em conta a legislação em vigor, estes produtos não são qualificados como tal, pois encontram-se abrangidos pela isenção prevista na alínea e) do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 sobre os documentos de informação fundamental para pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIPs).

2. Duração mínima dos cursos sobre seguros

A duração mínima dos cursos sobre seguros a frequentar pelas pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição, para efeito da respetiva qualificação adequada, foi objeto de comentários em sentido distinto por parte dos respondentes a esta consulta.

Por um lado, algumas entidades questionaram a razão para distinguir entre a duração mínima dos cursos dirigidos a estas pessoas e aos respetivos mediadores de seguros, de resseguros ou de seguros a título acessório ou empresas de seguros e de resseguros e, por outro, algumas entidades apoiaram a distinção proposta ou solicitaram que a carga horária fosse ainda mais reduzida do que o previsto.

Nesta matéria, a ASF optou por manter a distinção, pela aplicação de um princípio de proporcionalidade, em relação às pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição considerando que a responsabilidade pelo exercício da atividade de distribuição é, antes de mais, do distribuidor de seguros ou de resseguros e que o mediador de seguros pessoa singular ou o membro do órgão de administração responsável pela atividade de distribuição do mediador de seguros pessoa coletiva ou da empresa de seguros frequentarão um curso com uma duração mais exigente.

Ainda neste âmbito, foi solicitada uma distinção quanto à atividade específica desenvolvida pelas pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição, designadamente entre a atividade de gestão de contratos e a atividade de venda – a respondente referia-se, em concreto, à atividade desenvolvida pelos trabalhadores dos *call-centers* considerando que, além da atividade destes se circunscrever ao apoio à gestão do contrato, a mesma envolve recursos humanos em relação aos quais se verifica uma rotatividade elevada e, em regra, com vínculos laborais temporários ou curtos com estas entidades que seriam incompatíveis com processos densos de qualificação.

No entanto, dificilmente se identificam fundamentos jurídicos para a adoção da solução proposta. Em primeiro lugar, porque a lei apenas distingue o regime de acesso de acordo com a categoria de distribuidores e o tipo de produtos que distribuem (e mesmo estes apenas de acordo com a divisão ramo «Vida», ramo «Vida», excluindo a atividade de distribuição de

produtos de investimento com base em seguros, ramos «Não vida»). Distinguir consoante a atividade em si seria desconforme com o sistema legal adotado.

Em segundo lugar, ainda que se distinguisse consoante a atividade, seria necessário concluir que a atividade de venda pressupõe maiores conhecimentos que a restante atividade de distribuição, designadamente a assistência ao contrato, não se antevendo fundamento para o efeito, dado que ambas as atividades pressupõem o domínio do regime aplicável em matéria de distribuição de seguros.

Ainda neste âmbito, um respondente solicitou que fosse definida uma duração específica (mais reduzida) para determinado tipo de produto de seguros tendo em conta a sua baixa complexidade. É também invocado que, mantendo-se as exigências previstas no anteprojeto quanto à duração e formato da formação, existirá um claro desincentivo à venda, distribuição e aquisição dos seguros em causa, o que pode deixar os consumidores desprotegidos no futuro. Por outro lado, refere que poderá gerar-se uma indesejada deturpação da concorrência entre as empresas distribuidoras de seguros deste tipo com sede em Portugal e aquelas que desenvolvem a sua atividade ao abrigo da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços. Reitera-se que, de acordo com o regime vigente, o exercício da atividade de distribuição é autorizado genericamente para a distribuição de produtos (i) do ramo «Vida», (ii) do ramo «Vida», excluindo a atividade de distribuição de produtos de investimento com base em seguros, e (iii) dos ramos «Não vida». Neste sentido, a nível regulamentar, não se afigura possível exigir um curso sobre seguros, para efeitos de qualificação adequada, específico de um tipo de produto. Por outro lado, seria necessário traçar a fronteira entre produtos de seguros considerando a respetiva (alta ou baixa) complexidade, conceito indeterminado que pode depender de múltiplos fatores.

Uma respondente questionou ainda a razão pela qual se prevê uma distinção quanto à duração dos cursos de seguros destinados a mediadores de seguros a título acessório, a qual é inferior à dos cursos dirigidos aos restantes distribuidores de seguros. Neste ponto, cumpre referir que a atividade dos mediadores de seguros a título acessório é, pela natureza da própria categoria, mais limitada do que a atividade desenvolvida pelos restantes distribuidores de seguros, o que, no entendimento desta autoridade, justifica que a carga horária dos respetivos

curso seja mais reduzida. Por outro lado, refere-se que esta categoria correspondia aos anteriores mediadores de seguros ligados que exerciam a respetiva atividade ao abrigo da subalínea ii) da alínea a) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho (excluindo instituições de crédito e empresas de investimento) em relação aos quais a carga horária exigida já era inferior à dos mediadores de seguros ligados que exerciam a respetiva atividade ao abrigo da subalínea i) da alínea a) do artigo 8.º do mesmo diploma.

Em relação aos membros dos órgãos de administração de empresas de seguros, foi também sugerido que os cursos destinados aos mesmos tivessem metade das horas previstas em relação às pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição, ou pelo menos uma duração equivalente, considerando que os membros dos órgãos de administração das empresas de seguros dispõem de uma estrutura de apoio, pelo que, apesar de ser necessário que conheçam o negócio e tenham noções gerais das matérias previstas no anexo ao RJDS, não deveria ser exigível a mesma profundidade como a que é exigida a quem, de facto, vende os produtos. Este comentário não foi acolhido uma vez que, para o efeito, seria necessário concluir que a atividade desenvolvida pelos órgãos sociais de mediadores de seguros ou de resseguros exige conhecimentos acrescidos em relação à desenvolvida pelos membros dos órgãos sociais das empresas de seguros ou de resseguros – veja-se que a duração mínima dos respetivos cursos sobre seguros é a mesma. Tendo em conta a estrutura destas últimas bem como a diversidade e abrangência da atividade desenvolvida, não se anteveem fundamentos que justifiquem uma diferença em termos de exigência quanto aos conhecimentos mínimos exigidos nesta matéria.

Adicionalmente, para efeitos da contabilização da duração destes cursos, um respondente solicitou que fosse aditado um novo número ao artigo 3.º, nos termos do qual em cursos com componente à distância, a contagem de horas letivas devia considerar todos os momentos de avaliação formativa e contínua, podendo incluir as correspondentes horas de estudo fora da plataforma, com o limite máximo de 30% das horas letivas, tendo o formando de as declarar formalmente em suporte duradouro. Ora, esta solução não é passível de verificação pela autoridade de supervisão, pelo que a contabilização deve ser realizada através da plataforma ou, no caso dos cursos *b-learning*, através da plataforma e formação presencial.

Finalmente, ainda no que se refere à duração mínima dos cursos e considerando que o artigo 2.º do projeto poderia ser de difícil leitura, optou-se por retirar algumas disposições deste artigo e incluí-las no atual artigo 3.º.

Desta forma, considera-se que as dificuldades interpretativas manifestadas nas respostas à consulta pública serão mitigadas, designadamente as questões quanto à aplicação do n.º 1 do artigo 3.º em relação aos membros dos órgãos de administração responsáveis pela atividade de distribuição de seguros ou de resseguros (*cf.* n.ºs 6 e 7 do artigo 3.º).

3. Conteúdo dos cursos sobre seguros

Algumas entidades solicitaram a alteração da norma regulamentar no sentido de permitir considerar, para efeitos dos cursos de conformação, a formação realizada em matéria de branqueamento de capitais à luz da legislação aplicável às instituições supervisionadas pelo Banco de Portugal.

Considerando que a redação do n.º 2 do artigo 12.º poderia suscitar dúvidas, alterou-se a respetiva redação no sentido de clarificar que, de facto, a formação já realizada em matéria de branqueamento de capitais por aqueles distribuidores cujos cursos sobre seguros não previam obrigatoriamente este conteúdo - designadamente por a terem realizado ao abrigo do regime resultante da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo - deve ser considerada para efeito de conformação com os novos conteúdos previstos no RJDS.

Uma entidade solicitou que, para efeitos do reconhecimento dos cursos sobre seguros, as entidades formadoras apresentassem à ASF um plano de curso que incluísse um plano curricular detalhado, discriminando as horas de formação de cada sessão formativa, em conformidade com um referencial de formação pedagógica definido pela ASF, que incluísse um manual de formação detalhado e desenvolvido, que defina os módulos e submódulos curriculares e respetiva carga horária, a cumprir pelas entidades que ministram formação ou pretendam candidatar-se ao reconhecimento oficial em matéria de cursos qualificantes na área da distribuição de seguros. Apesar de esta autoridade considerar muito relevante a existência de um referencial de formação pedagógica, entende-se que esta solução não deve ser acolhida,

mantendo maior flexibilidade, uma vez que cada entidade formadora poderá, de forma mais adequada, definir aqueles elementos em conformidade com os conteúdos e requisitos mínimos, legais e regulamentares, adaptando-os ao universo de formandos pretendido.

4. Equivalência dos cursos e módulos realizados

No âmbito deste processo de consulta pública foram suscitadas questões quanto à possibilidade de as entidades formadoras reconhecerem (i) os cursos sobre seguros realizados anteriormente para efeito da qualificação a obter ao abrigo do RJDS ou (ii) a formação obtida para o exercício da atividade no âmbito do ramo «Vida», excluindo produtos de investimento com base em seguros, para efeitos da formação a obter para efeito do exercício da atividade no âmbito do ramo «Vida». Uma respondente sugeriu inclusivamente que fosse conferido carácter obrigatório a este reconhecimento pelas entidades formadoras, salvo motivo fundamentado.

Neste ponto, e em primeiro lugar, a ASF frisa que o atual n.º 6 do artigo 2.º da norma regulamentar, que corresponde ao já previsto no n.º 7 do artigo 16.º da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, determina expressamente que o reconhecimento mencionado é possível, cabendo a cada entidade formadora avaliar da efetiva equivalência entre os módulos já realizados e os que seriam ministrados.

Para efeito de maior proteção das entidades formadoras e dos formandos quanto à eventual sindicância deste reconhecimento, foi introduzida uma alteração nesta disposição exigindo-se que a entidade formadora, aquando do reconhecimento da formação realizada anteriormente pelo formando para efeito de equivalência, emita uma declaração que ateste o cumprimento das exigências horárias e formativas que justificam o reconhecimento concedido.

Finalmente, neste ponto foi solicitado por uma respondente que a equivalência entre os cursos e módulos fosse autorizado pela ASF. Entende-se que a responsabilidade pela decisão de reconhecimento das equivalências de conteúdos formativos deve ser da entidade formadora, não devendo caber à ASF deferir este reconhecimento, o que acarretaria ónus administrativos adicionais ao processo.

5. Avaliação

Numa das respostas recebidas no âmbito desta consulta pública foi solicitada uma alteração da redação da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º por forma a confirmar que o valor para a obtenção de classificação positiva no exame é 50%. A ASF entende que esta é a interpretação que resulta do disposto naquela disposição pelo que se optou por não fazer alterações de redação.

Em relação a esta mesma disposição foi também solicitada a clarificação de que o sistema de avaliação poderia dispensar elementos de avaliação formativa e contínua, ou seja, que a prova escrita presencial poderia corresponder a 100% da avaliação global do curso. Correspondendo este ao entendimento da ASF nesta matéria, este comentário foi acolhido, tendo sido alterada a redação da disposição de forma a facilitar a respetiva interpretação.

Uma respondente propôs a previsão da possibilidade de a avaliação final ser também realizada à distância, considerando que esta seria a prática em outros Estados membros da União Europeia. Esta autoridade considera que, no que diz respeito à formação à distância, a avaliação presencial é, neste momento, a que garante de forma mais adequada a eficácia das disposições em matéria de formação e, consequentemente, a salvaguarda dos interesses dos clientes do setor segurador, ressegurador e dos fundos de pensões.

Finalmente, com referência ao atual n.º 8 do artigo 3.º, uma respondente solicitou a clarificação de que para o efeito desta disposição devem considerar-se apenas as provas presenciais de avaliação final e não os momentos de avaliação formativa efetuadas ao longo do curso, nomeadamente nas plataformas de formação. Este corresponde ao entendimento da ASF pelo que o comentário da respondente foi acolhido.

6. Entidade responsável pela plataforma de formação à distância

Nesta sede foi suscitada uma clarificação quanto à entidade que, ao abrigo da atual alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º, deve encontrar-se certificada nos termos do sistema de Certificação de Entidades Formadoras. Face às dúvidas suscitadas, e tendo em conta as especiais exigências a observar em matéria de formação à distância, entendeu-se que as mesmas devem ser

observadas por uma das duas entidades mencionadas na disposição: a entidade formadora ou a entidade responsável pela gestão da plataforma de formação à distância.

Ainda com referência a esta disposição, um dos comentários sugeria uma alteração no sentido de incluir também outras certificações internacionais que garantam critérios de qualidade equivalentes. O sistema de certificação de entidades formadoras é um dos garantes da qualidade do Sistema Nacional de Qualificações em Portugal, no âmbito do qual são realizadas auditorias que permitem um acompanhamento regular da atividade das entidades formadoras.

7. Prazo para apreciação do reconhecimento dos cursos

O aumento do prazo para o reconhecimento dos cursos sobre seguros pela comissão técnica, de 30 para 45 dias, foi também questionado, solicitando-se, pelo contrário, que o mesmo se mantivesse em 30 dias, já que existe normalmente urgência no reconhecimento dos cursos, especialmente num momento em que, devido à aprovação do novo regime, as entidades formadoras pretendem iniciar as formações com a maior brevidade.

A ASF compreende naturalmente esta observação mas a obrigação de pronúncia por dois órgãos coletivos pode implicar uma morosidade acrescida em relação à tomada de decisão, não sendo adequada a consagração de prazos não passíveis de verificação prática.

Adicionalmente, foi também solicitado que o prazo para comunicação à ASF da data de início, horário e local dos cursos sobre seguros, bem como da realização da respetiva prova de avaliação final, fosse alterado para dois dias úteis. Quanto a esta questão a ASF entende que este é um prazo razoável para organizar uma formação em concreto e para agendar os respetivos exames, não se antevendo possível, até para efeito do estudo, pelos formandos, que um exame seja agendado apenas com dois dias de antecedência.

8. Formação e aperfeiçoamento profissional contínuo

Nesta matéria foi solicitada uma maior concretização dos conteúdos a ministrar para efeito de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo. Não obstante, face aos requisitos mínimos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do RJDS, de que as ações de formação e

aperfeiçoamento profissional contínuo “sejam adequadas à categoria de mediador de seguros (ou de distribuidor de seguros), à natureza dos produtos de seguros distribuídos e às funções desempenhadas e atividades exercidas pelo formando”, a ASF entende que o mercado beneficiará de alguma flexibilidade nesta matéria optando-se por manter a opção proposta em sede de consulta pública bem como a indicação “nas áreas de formação correspondentes aos mesmos”.

Ainda neste âmbito, foram suscitadas dúvidas quanto ao certificado a obter após a realização de ações de formação profissional e aperfeiçoamento profissional contínuo para comprovação da mesma, clarificando-se que a ação de formação deve conferir um comprovativo de conclusão das 15 horas de formação, sendo suficiente que o mesmo ateste a frequência desta formação – ou seja, não é exigido que conste do certificado de conclusão a avaliação da formação obtida a este título, entendendo-se ser o que resulta do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do RJDS.

Numa das respostas assinalou-se que em relação à formação e aperfeiçoamento profissional contínuo seria necessário clarificar que a referência temporal para o controlo da duração mínima exigida é o ano civil. A ASF entende que este é o entendimento que resulta da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do RJDS, não sendo necessária uma clarificação adicional e consequentemente a alteração da disposição em causa.

Adicionalmente, outro respondente sublinhou a necessidade de se densificar o procedimento para reconhecimento das entidades formadoras para efeitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo, tendo este comentário sido acolhido pela ASF que estabeleceu na norma regulamentar a necessidade de as entidades que pretendam este reconhecimento submeterem um pedido neste sentido. Tratando-se de entidades formadoras que já disponham de cursos sobre seguros reconhecidos pela ASF para obtenção de qualificação para efeitos de acesso à atividade, a inscrição na lista de entidades formadoras reconhecidas não dependerá da apresentação de outros elementos. Tratando-se de entidades distintas, este pedido deve ser acompanhado de comprovativo do preenchimento dos respetivos requisitos mínimos, previstos na norma regulamentar (*cfr.* artigo 11.º).

Finalmente, foram submetidas duas questões em matéria de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo relacionadas com a articulação entre esta formação e a formação em matéria de qualificação adequada – quer a inicial quer a referente à conformação com os novos requisitos. Neste âmbito, considerando (i) a data de publicação desta norma regulamentar e (ii) o facto de, em 2019, os membros dos órgãos de administração e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição que já desenvolviam a atividade de distribuição à data de produção de efeitos do RJDS, já terem que se submeter à formação de conformação com os requisitos em matéria de qualificação adequada acima referidos, a ASF entende que, para efeitos de supervisão, esta conformação com os novos requisitos será considerada para efeitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo.

No mesmo sentido, no ano do registo do mediador de seguros, resseguros ou de seguros a título acessório pessoa singular, do mediador de seguros, resseguros ou de seguros a título acessório pessoa coletiva ou do início da atividade enquanto pessoa diretamente envolvida na atividade de distribuição – em que se consideram ter sido preenchidos os requisitos referentes à qualificação adequada inicial – se considerará, em termos de supervisão, que o requisito de 15 horas em matéria de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo deve ser verificado no ano civil seguinte.

9. Conformação com os requisitos de qualificação adequada

Finalmente, com referência à conformação com os requisitos de qualificação adequada, uma entidade solicitou a eliminação do conteúdo referente a “mercados de seguros e outros mercados de serviços financeiros relevantes, incluindo o resseguro” (*cfr.* alínea *d*) do n.º 2 do Anexo ao RJDS) dos conteúdos referentes à conformação no âmbito do ramo «Vida» e no âmbito do ramo «Vida», excluindo produtos de investimento com base em seguros. Adicionalmente, em relação aos cursos de conformação no âmbito dos ramos «Não Vida», solicitou a eliminação do conteúdo referente a “mercado segurador e ressegurador” (*cfr.* alínea *f*) do n.º 1 do Anexo ao RJDS). Este comentário foi parcialmente acolhido, mantendo-se a exigência do conteúdo referente a “outros mercados financeiros relevantes” (*cfr.* alíneas *a*) a *c*)

do n.º 1 do artigo 12.º), uma vez que se entende que este conteúdo não era exigido ao abrigo do regime anterior.

Adicionalmente, uma respondente solicitou que fosse explicitamente consagrada a possibilidade de a formação para efeitos de conformação destinada aos mediadores registados para desenvolver a atividade nos ramos «Não Vida» e ramo «Vida» agregasse os novos conteúdos comuns, concretamente os mencionados nas alíneas d), e), g) e h) do n.º 1 e nas alíneas e), f) g) e h) do n.º 2 do Anexo ao RJDS. Este corresponde também ao entendimento da ASF nesta matéria, prevendo-se na norma regulamentar que, tratando-se de mediadores com registo no âmbito Vida e Não Vida, a formação, deve ter a duração de 20 horas, cabendo depois à entidade formadora ajustar os conteúdos determinados a esta carga horária.

Finalmente, com referência à duração das formações para efeitos de conformação, sugeriu-se a redução da mesma em relação às formações que combinem os ramos «Vida» e «Não Vida», para 17 ou 18 horas, no caso do ramo «Vida» e ramos «Não Vida», e para 12 ou 13 horas, no caso do ramo «Vida» excluindo produtos de investimento e ramos «Não Vida». Este comentário não foi acolhido, uma vez que as cargas horárias propostas não seriam proporcionais em relação à duração dos cursos de conformação previstos com referência a cada âmbito de atividade de distribuição.

Como nota final, refere-se que foram aduzidas ao texto final da norma regulamentar outras sugestões de maior detalhe, que a ASF concluiu serem favoráveis à maior clareza do normativo.